



Assis, 03 de junho de 2024

Carta destinada aos departamentos de Psicologia da FCL - UNESP Assis

Recentemente, tem se discutido a possibilidade de uma redução de vagas no curso de Psicologia da Unesp Assis, incluindo vagas reservadas para cotas raciais e sociais. A posição socioeconômica e pertencimento étnico-racial são fatores que historicamente ditam quem de fato tem acesso às melhores universidades. A lei de cotas é algo extremamente recente e possibilitou que uma parcela da população mais vulnerável finalmente tivesse acesso ao ensino superior. Apesar disso, ainda hoje diversos cursos, incluindo o curso de Psicologia, são ainda muito elitizados.

Até 2014, o número de pessoas pretas ocupadas com ensino superior completo no Brasil era de 4 milhões, isso representa 30,5% das pessoas ocupadas que terminaram a faculdade. Se observamos especificamente psicólogos, teremos um total de 24 mil pessoas pretas, o que representa apenas 16% do total (DIEESE, 2016). Neste ano já existiam cotas raciais. Mesmo a população preta sendo majoritária no Brasil, passar em uma universidade e concluir a graduação não é uma tarefa fácil, deixando evidente que o acesso ao ensino superior é um privilégio para poucos. Mesmo com metade das vagas destinada para cotas sociais e raciais, há muitos empecilhos para ingressar e permanecer na universidade pública. Com as políticas de acesso, pode-se interpretar que houve uma mudança em antigos paradigmas que são caracterizados pela meritocracia, contudo, com as propostas dos docentes, notamos que pouco se observava ainda as necessidades e as questões sociais que atravessam a vida do estudante na graduação, perpetuando o sucateamento evidente da instituição. A redução das vagas dos alunos não apenas restringe a democratização da universidade pública, mas corrobora na disputa pelo privilégio de pertencer à academia e afirma que a branquitude, de fato, só está interessada na manutenção do seu pacto narcísico.

Evidenciamos que embora as políticas de apagamento e o silenciamento sejam bem articulados dentro do cenário universitário, a presença da população negra e indígena vem estremecendo as bases brancas e cisheteronormativas da universidade. A universidade é um campo de disputa e as ações afirmativas não mudaram apenas os corpos que frequentam as salas e corredores da universidade, transformou o jeito de pensar ciência, de produzir saberes, de se organizar. E desde então, os discentes pretos, pardos e indígenas vivem disputando narrativas, buscando construir uma universidade que rompa com essa lógica colonial. Nossa presença aqui se dá a partir de muita luta e seguiremos lutando para construir uma universidade popular.

Apontamos que, devido às alterações pelo processo de ingresso na Unesp por meio do Provão Paulista, implementado desde o último processo seletivo (2024), as vagas destinadas para estudantes PPI no curso de Psicologia em Assis já foram reduzidas de 8 vagas por período para 6 vagas, totalizando uma redução de 4 vagas anuais de pretos, pardos e indígenas. Mesmo que as vagas destinadas ao Provão Paulista sejam para escolas públicas, esse fato não implica



necessariamente que os estudantes contemplados sejam PPI, uma vez que é notável o ingresso de estudantes oriundos de ETECs e Institutos Federais e não de escolas das periferias, cuja majoritária população é de estudantes negros. Com uma nova redução no número de vagas para o curso, esses estudantes seriam diretamente impactados, o que é uma ação racista de exclusão, mesmo que não tenha esse fato por objetivo.

A redução de vagas não será igual para todas, pois bem sabemos que num país forjado no colonialismo, se utilizam de diversas ferramentas para manter as desigualdades, mesmo que a ferramenta utilizada seja o mito da democracia racial, que está sempre à espreita. Ao adentrar a universidade, os discentes pretos, pardos e indígenas trazem consigo sua cultura, seus ancestrais - do qual tantos direitos e sonhos foram tomados - suas lutas e resistências. E não somos nós que devemos nos encaixar no que a branquitude vem nomeando de universidade, e sim a branca entender que não é mais ela que nomeia. Que nós produzimos um discurso sobre nós mesmos, nós contamos nossas histórias e trazemos para dentro da universidade nossas favelas, quilombos e comunidades indígenas. Esse projeto de universidade hegemônica não mais dentro do curso de psicologia, que possamos em conjunto, construir uma universidade pública.

Acreditamos que **a redução de vagas não será efetiva** tendo em vista os argumentos defendidos pelos docentes como falta de salas, poucos campos de estágio e a falta de professores. Ao que é do nosso conhecimento, nunca houve uma única aula que foi suspensa por não ter sala no Campus. Quanto aos campos de atuação, no município em que estamos inseridos, não são poucas as possibilidades de atuação junto à comunidade. Seja em parcerias com as Secretarias municipais de Saúde, Educação e Assistência ou não, há inúmeras estratégias de desenvolver trabalhos para a população que sustenta a universidade pública. Além disso, somados os anos de 2023 e 2024 os departamentos de Psicologia Clínica e Psicologia Social admitiram juntos 9 novos docentes concursados, o que é uma mudança significativa no quadro de docentes do curso. É notório que, não de agora, a categoria dos docentes sofre também com o sucateamento da universidade pública, assim como os estudantes e servidores têm sofrido. Somos solidários à categoria, contudo, não é admissível que professores universitários acreditem que melhorias serão realizadas na academia atacando o corpo discente. Há outras possibilidades mais organizadas, não elitistas e racistas que poderiam conceber o que é de direito à categoria.

Nosso repúdio à ação de redução de vagas clama pela conscientização de que estudantes, servidores e docentes deveriam lutar em conjunto pela garantia de direitos frente à reitoria e o Governo do Estado e não atacando a classe trabalhadora e os filhos da classe trabalhadora. Diante disso, pedimos o apoio dos professores para o declínio da proposta de redução de vagas no curso de Psicologia da Faculdade de Ciências e Letras de Assis. Explicitamos, não basta apenas citar em aula sobre como o Brasil é desigual, é necessário se posicionar contra essa desigualdade se quiserem de fato uma mudança efetiva e a construção de uma universidade menos racista, elitista, transfóbica, capacitista, sexista e patriarcal. Uma das formas de fazer isso é defendendo as vagas já existentes, leis de cotas e a permanência estudantil, bem como ampliação do acesso à universidade para pretos, pardos, indígenas, pessoas trans e PCDs.



Atenciosamente,

Coletivo Psicoracializada

Assinam também conosco:

Centro Acadêmico de Psicologia Gestão "Lélia González".

Diretório Acadêmico XVI de Agosto Gestão "Manoel Aleixo".

Diretório Acadêmico Manuel Bandeira Gestão "Transtornada"

Liga Interdisciplinar de Saúde (LINTER).

Núcleo Negro da Unesp para Pesquisa e Extensão (Assis)

Centro Acadêmico de Medicina "Pirajá da Silva" - Gestão "Fábia Gonçalves" (Botucatu)

Núcleo Negro da Unesp para Pesquisa e Extensão (FMB-Botucatu)

Coletivo Negro Kimpa da Unesp Bauru

Escuta Preta - Coletivo Negro no Instituto de Psicologia (USP)

Coligação de Coletivos Negros da USP

